



Congresso Internacional de Administração
ADM 2020

Administração Ágil
Inovação e Trabalho Remoto

25 a 27
de outubro

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DOS AVANÇOS DA COVID-19 NO BRASIL

PUBLIC MANAGEMENT ACTIONS FACING COVID-19'S ADVANCES IN BRAZIL

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Maria Alice Carvalho da Silva, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil,
alicesillva02@gmail.com

Matheus Assunção Cardoso de Carvalho, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil,
thyeuscarvalhophb@gmail.com

Vanessa Souza Lima, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, vsouzzalima@gmail.com

Mara Águida Porfírio Moura, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil. E-mail:
maraaguida@hotmail.com

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva, Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: kelsen@ufpi.edu.br

Resumo

Com o anúncio da pandemia em virtude do novo coronavírus (Sars-CoV-2) feita pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em 11 de março de 2020, a gestão pública se viu na necessidade de decretar e implementar medidas que tivessem como foco o enfrentamento do vírus. Dito isso, esse estudo tem como principal objetivo identificar as principais ações desenvolvidas pela gestão pública no enfrentamento dos avanços da COVID-19 no Brasil. Tendo em vista a consecução deste objetivo, foram analisados três artigos científicos selecionados na plataforma online de pesquisas científicas SciELO (Scientific Electronic Library Online), a partir das seguintes palavras-chaves: ações gestão pública COVID-19 Brasil 2020. Na ação metodológica adotou-se um modelo de pesquisa de natureza básica e exploratória utilizando-se de abordagem qualitativa. Os resultados preliminares desta pesquisa mostram diferentes níveis de estratégias e medidas tomadas pela gestão pública para o enfrentamento à COVID-19, sendo as ações de isolamento social e quarentena as medidas de maior destaque para conter a pandemia. Conclui-se ainda que os efeitos advindos dessa crise sanitária evidenciaram a necessidade de revisão e alinhamento estratégico dos processos e atuações da gestão pública frente a situações atípicas como esta.

Palavras-chave: Saúde; Gestão Pública; COVID-19; Pandemia.

Abstract

With the announcement of the pandemic due to the new coronavirus (Sars-CoV-2) made by WHO (World Health Organization) on March 11, 2020, public management was in the need to enact and implement measures that focused on coping with the virus. That said, this study's main objective is to identify the main actions developed by public management in coping with the advances of COVID-19 in Brazil. In order to achieve this objective, three scientific articles selected from the SciELO online scientific research platform were analyzed, from the following keywords: public management actions COVID-19 Brazil 2020. In the methodological action, a research model of a basic and exploratory nature was adopted using a qualitative approach. The preliminary results of this research show different levels of strategies and measures taken by public management to combat COVID-19, social isolation and quarantine actions are the most prominent measures to contain the pandemic. It is also concluded that the effects arising from this health crisis evidenced the need for review and strategic alignment of processes and actions of public management in the face of atypical situations such as this.

Keywords: Health; Public Management; COVID-19; Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Gleriano, Fabro, Tomaz, Goulart & Chaves (2020), em dezembro de 2019 foi identificada a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, em Wuhan, na China. Devido ao rápido contágio e os riscos trazidos por esse vírus, em 11 de março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) classificou a COVID-19 como uma pandemia e passou a recomendar a adoção de ações e diretrizes para conter a disseminação do vírus e intensificar os mecanismos de defesa e resposta no que diz respeito ao contágio.

Com a necessidade de dar suporte à população e manter os serviços de saúde essenciais ao mesmo tempo em que se fez preciso controlar a disseminação do vírus, o Ministério da Saúde se vê na urgência de designar medidas que canalizem a atuação dos órgãos públicos no enfrentamento da doença.

Por conta dessa pandemia, diversos desafios adaptativos são impostos a gestão pública, tanto no âmbito municipal, como estadual e principalmente federal. Afinal, essa situação atípica impactou em uma série de mudanças no funcionamento dos sistemas públicos.

Como diz o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19, “face à grave crise sanitária atual, o Estado brasileiro tem a obrigação constitucional e moral de propor políticas e coordenar ações emergenciais adequadas para controlá-la, superá-la e reduzir seus impactos econômicos e sociais sobre a nação brasileira” (Instituição Frente pela Vida, 2020).

Esse pensamento reflete também um dos principais desafios enfrentados pela administração e gestão pública, que é se adaptar e agir conforme as adversidades causadas por essa crise sanitária e atender as diferentes necessidades da população.

O número diário de contaminados e mortos em decorrência da COVID-19 ainda é muito alto. E na maior parte dos estados brasileiros a curva de contaminação não para de crescer, fomentando assim diversas discussões a respeito da atuação da gestão pública perante essa crise. Portanto, o presente estudo se norteia a partir do questionamento: “Quais foram as principais ações desenvolvidas pela gestão pública no enfrentamento dos avanços da COVID-19 no Brasil?”.

Como consta no plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19), é de responsabilidade da gestão pública “promover ações de educação em saúde referente à promoção, prevenção e controle da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19)”. Assim como “identificar fomentos para as ações emergenciais no enfrentamento do vírus SARS-COV-2” (Ministério da Saúde, 2020, p. 19).

Sendo assim, é imprescindível a implementação de novas medidas na gestão diante da crise e, dito isso, o principal objetivo aqui é identificar as principais ações desenvolvidas pela gestão pública no enfrentamento dos avanços da COVID-19 no Brasil.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de evidenciar de forma objetiva as principais ações da gestão pública no enfrentamento à COVID-19 no Brasil em 2020 para fins científicos de pesquisas posteriores, uma vez que há certa escassez de pesquisas sobre esse tema com o mesmo direcionamento. Espera-se então que esse estudo possa oferecer subsídios e propicie novos estudos científicos.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa científica básica onde se utilizará dados de natureza qualitativa e quantitativa obtidas a partir de uma amostra bibliográfica de caráter exploratório e descritivo de artigos que tratam do tema de gestão pública mediante a COVID-19 no Brasil no ano de 2020 selecionados na plataforma SciELO (Scientific Electronic

Library Online). Por conseguinte, será feita a identificação e registro das principais ações em enfrentamento dessa doença.

Estrutura-se o artigo em quatro partes, sendo a primeira esta introdução. A segunda contextualiza os fundamentos teóricos a respeito da saúde pública, pandemias e controle epidemiológico e COVID-19. Na terceira parte será descrito e analisado os dados coletados a partir dessa pesquisa e, por último, a quarta parte delinea-se pela conclusão do estudo e considerações finais a respeito deste.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão abordados no presente artigo os conceitos de saúde pública, pandemia e controle epidemiológico para estruturar a discussão das ações tomadas no enfrentamento à pandemia da COVID-19, seguindo ideias de alguns autores como: M. Porta (2014), M. K. Bomfim de Souza e C. F. Teixeira (2014), J. S. Paim e N. Almeida Filho (2000), M. S. Michaliszyn (2006), G. Carvalho (2013), M. Lima Barreto (1998), O. Miettinen (1985).

Além de algumas declarações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e do Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19 (2020), organizado pela instituição Frente pela Vida.

2.1 Saúde pública

De acordo com o Dicionário de Epidemiologia, saúde pública é composta por todas “as políticas específicas, serviços, programas e outros esforços acordados (de preferência, e geralmente, democraticamente) organizados, estruturados, financiados, monitorados e validados pela sociedade para coletivamente proteger, promover e restaurar os determinantes da saúde das pessoas” (Porta, 2014, p. 230).

Ademais, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), está descrito no Art. 200 que fica sobre encargo do sistema único da saúde “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”, onde as políticas públicas são determinadas através dos princípios de universalidade e equidade para conferir o acesso às ações e serviços, e pelas diretrizes de atendimento integral à população e descentralização da gestão do sistema único dentro do território brasileiro, apontados no Art. 196 e Art. 198 da CF, respectivamente.

Logo se nota que a construção de um sistema único de saúde nacional se compõe de maneira semelhante a uma rede, onde são necessárias diversas normas, práticas e ações que devem ser planejadas e executadas dentro das várias esferas da gestão pública de maneira coesa e eficiente para garantir condições favoráveis ao atendimento e suporte de toda a sociedade brasileira no acesso ao direito à saúde.

Nisso cabe ressaltar que segundo Bomfim de Souza e Teixeira (2014, apud. Silva, 2008) por rede entende-se que não nos referimos somente a um amontoado de serviços ou instituições, e sim as ligações de ações e processos de forma coerente, com interdependência dos membros buscando maximizar os recursos e fazer surgir uma gestão e administração públicas da saúde fundamentadas em negociação e construção do consenso coletivo.

Podemos tirar daí então que a “Saúde Coletiva pode ser considerada como um campo de conhecimento de natureza interdisciplinar cujas disciplinas básicas são a epidemiologia, o planejamento/administração de saúde e as ciências sociais em saúde” (Paim & Almeida Filho, 2000, p. 63).

Ressaltamos que justamente pela interdisciplinaridade do conceito apresentado para saúde coletiva o desenvolvimento prático dos processos que levariam os serviços e políticas de

saúde para os municípios através do sistema de rede construída dentro das organizações do governo traz consigo grandes obstáculos para o alcance dos níveis tidos como ideais se relacionados ao contexto quase continental de um país como o Brasil.

Segundo Michaliszyn (2006) atualmente a construção de uma saúde pública envolve mais do que apenas participação social, precisando também de educação diante das diferenças entre a prevenção de doenças e a promoção da saúde pública. E nesse sentido, Paim e Almeida Filho (2000) também defendem que a composição do conhecimento científico não é conduzida somente pelos investigadores da área, e sim organizada institucionalmente, dentro da cultura social e determinada ao longo do decorrer da história.

Dessa forma, podemos perceber que a taxa de eficácia de um sistema de saúde está intrinsecamente envolvida aos níveis de educação da população, dependendo disso para a compreensão das ações tomadas pela gestão pública no controle de doenças e epidemias.

Logo, podemos destacar que a máquina pública por trás do setor da saúde se encontra repleta de contradições, pois ao mesmo tempo em que vinha expandindo seus serviços e garantindo o acesso universal caracterizado como direito social, há também espaços vazios no sistema de atendimento em áreas remotas ou com baixo desenvolvimento socioeconômico, por exemplo, resultados da desigualdade na oferta de ações e políticas de saúde.

2.2 Controle epidemiológico e pandemia

Segundo Carvalho (2013), a epidemiologia é um ramo das ciências da saúde que possuem o objetivo de compreender aquilo que acontece a uma população: suas condições ambientais de vida, as condições gerais de saúde, as ofertas de ações e serviços de saúde. Além de estudar a taxa de mortalidade e as doenças que ocorrem em determinada população, em determinado lugar.

Portanto, observamos que a epidemiologia deve ser uma das áreas de principal foco para compor o planejamento das ações e políticas públicas do setor de saúde do país diante de um cenário complexo caracterizado por uma pandemia, sendo esta a situação-problema que será analisada e discutida no presente artigo.

De acordo com Almeida Filho (1992), no que concerne à produção de conhecimentos coerentes com o propósito de compreender e explicar a ocorrência das doenças e de outros agravos à saúde das populações, este conceito de epidemiologia, ao ser muitas vezes criticado, traz como consequência a redução de suas possibilidades de contribuir para a prevenção e o controle destes eventos.

A construção de um plano de ação para que sejam realizados os serviços de atendimento à saúde da população, dentro de um sistema político instável em posse das instituições da máquina pública e que é constantemente alvo de diversas críticas, não possuindo posicionamentos firmes e alinhados ao que é apontado pela ciência, se transforma em um processo delicado diante da exposição das várias linhas de pensamento políticos, que interferem diretamente em todas as ramificações de serviços ofertados pelo governo à população de um país.

Contudo, para Barreto (1998) no que gira em torno à determinação das variáveis sociais e ambientais, existe uma grande experiência empírica acumulada e não é por acaso que os argumentos sobre a questão das classes sociais e de outras variáveis políticas, em suas variadas abordagens teóricas, têm passado tão fortemente pela área da epidemiologia também.

Por isso, podemos entender que se retiramos a população como a fonte principal dos problemas epidemiológicos, também a retiramos como foco da formulação das propostas de

prevenção, assim dificultando todo o sistema desenvolvido para lidar com esse tipo de situação que tende a atingir todos os setores públicos e privados de uma sociedade.

Assim, afirma-se que “a ocorrência de epidemias, a preocupação central da epidemiologia clássica, não é um problema da forma característica da pesquisa epidemiológica”, e também que “o paradigma para a epidemiologia moderna não é o estudo da ocorrência da doença em sua forma epidêmica, mas sim da forma endêmica” (Miettinen, 1985, p. 4-5).

Tendo visto que endemia é a ocorrência de uma doença em determinado local e uma epidemia se caracteriza pela ocorrência da doença em diversos locais além do qual havia sido inicialmente identificado, infere-se que o conjunto de ações tomadas como maneira de abordagem e controle da expansão é obrigatoriamente mais ampla, mas não necessariamente diferem entre si quanto às medidas adotadas em benefício à saúde populacional.

Segundo Ghebreyesus (2020), diretor-geral Organização Mundial da Saúde (OMS), “pandemia não é uma palavra para ser usada à toa ou sem cuidado. É uma palavra que, se usada incorretamente, pode causar um medo irracional ou uma noção injustificada de que a luta terminou, o que leva a sofrimento e mortes desnecessários”.

A partir do status de pandemia, o protocolo de ação muda, tornando-se mais rigoroso e captando ainda mais atenção de todos para o enfrentamento à doença. Existem, portanto, três principais metodologias para conter uma situação de pandemia, permitindo a cada uma das abordagens que sejam mais ou menos rígidas, sendo elas: contenção, mitigação e supressão.

A contenção caracteriza-se geralmente por medidas de quarentena, aplicadas logo no início de uma pandemia e de maneira assertiva, para procurar garantir que não haja novas contaminações passando fora do radar de que já se têm conhecimento.

Enquanto as práticas de mitigação envolvem ações de distanciamento social e cancelamento de eventos públicos para reduzir as taxas de contágio da doença, por outro lado, as práticas de supressão são extremamente rígidas para que possam interromper a disseminação do agente transmissor da doença, como, por exemplo, o lockdown, que proíbe a circulação livre de pessoas em situações de emergência e é obrigatório a toda população.

2.3 Covid-19 no Brasil

No Brasil, a pandemia da COVID-19 surgiu inicialmente nas principais capitais do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, no primeiro trimestre de 2020 e trouxe consigo fatores expositivos para uma crise muito maior que a de saúde pública. Dentro de um período político delicado, destacou a existência de uma sociedade desigual e injusta, com condições trabalhistas precárias, e uma cultura fraca de investimentos em tecnologias e avanços dentro da área de pesquisa em saúde.

De acordo com a máxima de Porta (2014) apresentada, foram indicados esforços coletivos de controle epidemiológico paliativos, sendo o distanciamento social a principal indicação para limitar o aumento de circulação do vírus dentro da sociedade, diante da falta de outras medidas com caráter preventivo ou curativo no sistema de saúde público e privado, ou seja, as pessoas deveriam evitar comparecer a eventos de reunião em massa, transportes e espaços públicos para minimizar as probabilidades de contaminação e transmissão da nova doença.

Ademais, foram feitas recomendações de quarentena, que mantém sobre observação constante os indivíduos que possam ter sido expostos ao vírus, que ainda estejam passando pelo período de incubação da doença ou mesmo estando assintomáticos, e o isolamento social, consistindo na separação das pessoas infectadas daquelas pessoas que estão saudáveis, como ações indicadas no enfrentamento à contaminação do novo vírus da COVID.

Entretanto, dado o caráter descentralizado do sistema de saúde no país acordado pelas leis instituídas, notaram-se diversas maneiras divergentes entre si no enfrentamento à COVID-19 em cada estado, ou mesmo municípios, onde cada região aplicou em períodos diferentes os conjuntos de práticas de contenção à pandemia (contenção, mitigação e supressão).

Logo, buscamos identificar e classificar algumas dessas medidas de combate adotadas pela gestão pública para enfrentar a disseminação da nova doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 no Brasil em 2020.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na ação metodológica deste trabalho adotou-se um modelo de pesquisa de natureza básica e exploratória, com o objetivo de gerar conhecimento útil para ciência e eventuais pesquisas. Além disso, foram utilizadas formas de abordagem qualitativas através da identificação das ações da gestão pública no Brasil no período da pandemia do COVID-19 ocorrida em 2020.

Ademais, tivemos como base para a fundação teórica livros e artigos que tratavam sobre temas de gestão em saúde pública e controles epidemiológicos. Constituindo um acervo abrangente e especializado no tratamento de dados referentes ao tema escolhido e seus resultados.

Não obstante, o processo de pesquisa da amostra bibliográfica foi selecionado para o presente artigo dentro da plataforma online de pesquisas científicas SciELO (Scientific Electronic Library Online), acordado à seleção das seguintes palavras-chaves: ações gestão pública COVID-19 Brasil 2020, rendendo 4 (quatro) resultados, consistindo em artigos científicos sobre o tema correspondente.

Dentro dessa amostra, constatou-se que um dos resultados obtidos pelo sistema de busca da plataforma utilizada não favorecia o presente estudo, sob condições de ser uma duplicata de um dos outros artigos científicos da presente amostra bibliográfica. Destarte, este trabalho científico conta como amostra válida para a pesquisa somente 3 (três) artigos disponibilizados pela especificada busca na biblioteca da plataforma online.

A partir disso, foram descritos e classificados os autores, objetivos, contribuições e resultados. Composto assim, uma tabela demonstrativa da amostra de pesquisa utilizada.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na seguinte seção, tratamos da classificação dos dados obtidos para a construção da amostra de pesquisa deste artigo por meio da elaboração de uma tabela que reúne os pontos a serem analisados e interpretados em vista de obter as principais ações tomadas para o enfrentamento da COVID-19 pela administração pública no Brasil a partir da análise de outros artigos científicos que tratam do assunto.

4.1 Análise dos dados

Abaixo podemos observar a Tabela 1 que trata da classificação da coleta de dados da pesquisa a partir dos itens: ano, autores, objetivo e resultados. Dessa forma tornando possível a posterior análise dos dados, em vista de obter às respostas que este artigo implica ao levantar questionamentos sobre as ações da gestão pública em relação à COVID-19 no Brasil em 2020.

ANO	AUTOR(ES)	OBJETIVO	RESULTADOS
2020	José Souza Gleriano; Gisele Caroline Riche Fabro; Wanderson Borges Tomaz; Bethânia Ferreira Goulart; e	Refletir acerca da gestão em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva de desafios no	Constatam-se desafios na coordenação entre os entes federativos; e ressalta-se a importância de estabelecer estratégias

	Lucieli Dias Pedreschi Chaves.	enfrentamento da COVID-19.	para o fortalecimento do SUS, principalmente, na coordenação da gestão em saúde.
2020	Paulo Marchiori Buss; Zulmira Maria de Araújo Hartz; Luiz Felipe Pinto; e Cristianne Maria Famer Rocha.	Discutir a contribuição da promoção da saúde, como campo de conhecimento de prática, para a qualidade de vida.	A mediação entre a população e o poder público como contribuições para a promoção da saúde; e a mudança da legislação e a introdução de inovações nos Programas de Agentes Comunitários de Saúde da Família e a ampliação do piso assistencial básico podem ocasionar um extraordinário impulso à qualidade de vida e às condições de saúde.
2020	Gracia Maria de Miranda Gondim.	Refletir sobre a crise pandêmica, expondo o fosso das desigualdades sociais e, em particular, das desigualdades em saúde, e o descaso pela vida em todas suas dimensões.	Territórios vulneráveis são penalizados duplamente, por sua condição periférica no espaço das cidades e por sua exclusão sistemática aos direitos de cidadania, exigindo, dos governos, intervenções que considerem a dimensão continental e a heterogeneidade econômica-cultural do país; e as desigualdades sociais e em saúde refletidas na capacidade de resposta oportuna de cada esfera de gestão de responsabilidade exclusiva do Estado, nos âmbitos das ações de Vigilância em Saúde, Assistência Especializada e Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde.

Tabela 1 – Classificação da coleta de dados da amostra da pesquisa.

4.2 Interpretação dos dados

Com base no acervo bibliográfico: “Reflexões sobre a gestão do Sistema Único de Saúde para a coordenação no enfrentamento da COVID-19”, observou-se que à medida que a COVID-19 se espalha por todo o Brasil, a gestão pública busca ajustar suas estratégias e lança ações em combate ao enfrentamento do vírus, ações essas sendo principalmente de caráter sanitário e seguindo os protocolos estabelecidos pela OMS, que possuem o intuito de assegurar a propagação do vírus (Gleriano et. al, 2020).

Com o contexto pandêmico no qual se encontra o Brasil, as responsabilidades e atribuições da gestão são amplificadas, em consequência da dimensão dos impactos causados por esse vírus.

Apesar dos obstáculos tanto econômicos quanto políticos pelos quais os sistemas públicos se deparam, verificou-se também um conjunto de ações implementadas pelos entes federativos na tentativa de intensificar o enfrentamento da COVID-19 e agir em apoio aos serviços públicos de saúde.

Contudo, observa-se uma lacuna de despreparo e inércia dos órgãos públicos em relação à necessidade de readequação dos sistemas e demandas advindas de uma crise sanitária como esta. Além disso, nota-se também que há desprovimento de abordagens que respondam às demandas da população em situação de vulnerabilidade social, uma vez que essa é a mais afetada pela pandemia.

Ao analisar os dados obtidos a partir dessa pesquisa, percebe-se que a pandemia evidenciou a necessidade de revisão e alinhamento estratégico das ações desenvolvidas pela gestão pública atualmente junto a órgãos de referência como a OMS, uma vez que é imprescindível que haja o embasamento das tomadas de decisões dessa área em critérios de conhecimentos científicos, sendo assim nítido a importância de otimizar os recursos públicos e implementar táticas para o fortalecimento dos órgãos públicos de saúde.

Seguindo para o segundo artigo: “Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos” tem como um dos principais debates as formas de contribuições para a promoção da saúde. Dessa forma, Buss, Hartz, Pinto e Farmer (2020) mostraram que com o apoio de políticas públicas e da população, a promoção da saúde proporciona um salto à qualidade de vida.

Mas não obstante, as ações para a promoção de saúde e contra crises devem partir de um grande incentivo do poder público, já que, em seu trabalho, os autores mostraram a permanência de problemas já resolvidos em muitos lugares. Para isso, o governo deve sempre impulsionar as inovações nos programas de saúde e pesquisa para que a promoção da saúde seja maior incentivada, cumprir com compromissos globais, citando a Agenda 2030, que segundo os autores, serviria de enorme contribuição para a inovação na gestão pública.

No artigo “Decifra-me ou te devoro: enigmas da Vigilância em Saúde na pandemia Covid-19”, Gondim (2020) obteve como resultado em sincronia ao objetivo desta pesquisa de identificar ações da gestão pública em enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Brasil, as seguintes proposições: quarentena e isolamento social.

Essas duas medidas de intervenção técnica de vigilância foram apontadas como as principais estratégias normalizadoras de emergências de controle epidemiológico no artigo citado como fonte para composição de amostra.

Com destaque, também, às ações anteriores à pandemia da COVID-19 referentes a situações de emergência no setor de saúde pública, onde desde 2003, com o vírus Influenza A H5N1, foram estruturadas redes de laboratórios e de unidades monitoradoras de síndromes respiratórias agudas graves, sob a gestão da Rede Nacional de Alerta, composta pelos Centros de Informações Estratégicas e Resposta de Vigilância em Saúde (CIEVS).

Não obstante, o Plano de Contingência do Ministério da Saúde (2020) para Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional ESPIN-Covid-19 indica diferentes estratégias e tecnologias que devem ser incorporadas às ações de vigilância em saúde nas fases de contenção e mitigação.

No entanto, permanece a fragmentação entre ações de vigilância, atenção especializada e atenção primária à saúde e a precariedade na integração das três esferas de gestão do sistema de saúde.

Fica evidente o distanciamento entre recomendações, intervenções e necessidades reais dos territórios para proteção, controle de riscos e soluções às vulnerabilidades, dadas a velocidade da infecção/resposta e a homogeneidade dos diagnósticos, que relevam números (infectados, casos e óbitos), sem a correspondente acurácia aos diferentes contextos de vida das populações, nas escalas regional, estadual e municipal.

Por fim, Campos (2020) aponta que a problemática referente à profusão de informações falsas e o negacionismo à gravidade da doença, a não apropriação das orientações técnicas decorrente do uso inadequado da informação e da comunicação, além da necropolítica que vulgariza a vida e os direitos humanos e a incapacidade de tradução do conhecimento científico ao conhecimento popular. Sem explicação ao caos instalado, a macabra estatística revelando o vertiginoso aumento de casos e mortes, que consomem populações de territórios vulneráveis socialmente, submetidas ao saque da cidadania.

5. CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada observou-se que a gestão pública modifica suas ações para se adaptar às adversidades que podem surgir. Se tratando da crise saúde pública causada pela COVID-19, foi evidenciada que as ações foram, sobretudo, voltadas para medidas sanitárias e seguindo as recomendações e protocolos estabelecidos pela OMS, com o intuito de amenizar os riscos de contaminação.

Não obstante, a partir da análise foi possível observar que, apesar dos obstáculos econômicos e políticos, enfrentados pelos órgãos públicos, foi possível notar que os entes federativos adotaram diversas ações na tentativa de intensificar os esforços contra os avanços da COVID-19.

Entretanto, nota-se um despreparo e uma falta de recursos por meios dos órgãos públicos em relação à necessidade de adaptação do sistema de saúde e em suprir a demanda da população que se encontra em vulnerabilidade social, pois estes são os mais atingidos pelas crises de saúde, logo a crise do coronavírus.

Além disso, no decorrer da análise, vimos os efeitos da pandemia para o avanço da revisão e do alinhamento estratégico das ações desenvolvidas pela gestão pública com apoio órgãos de referência como a OMS.

Ademais, vimos à importância da promoção da saúde para a qualidade de vida e como o apoio tanto dos órgãos governamentais, como da população nessa promoção são essenciais para sua propagação e na melhora da qualidade de vida. Vimos, também, que as promoções de saúde devem partir de um grande incentivo governamental, que através de inovações e pesquisa, o governo terá avanços no controle de problemas já sanados em outros países e cumprindo compromissos como a Agenda 2030, que serviria de enorme avanço para inovação da gestão pública.

É importante ressaltar que se obteve como principal resultante, para responder o questionamento deste trabalho, duas proposições: quarentena e isolamento social. Elas formam as principais estratégias de controle epidemiológico contra a COVID-19 no Brasil. Entretanto, vale ressaltar ações tomadas anteriormente à pandemia atual, como a do vírus Influenza AH5N1. Onde foram criadas redes de laboratórios e de unidades sentinelas de síndromes respiratórias agudas graves.

Com base nesses dados foi possível constatar que as principais ações públicas utilizadas para conter a pandemia do Covid-19 foram a quarentena e isolamento social. Mesmo havendo outras ações, essas foram as de maior relevância e impacto contra os avanços do vírus no

Brasil. Contudo, para uma pesquisa mais clara e resultado mais exatos, recomenda-se uma pesquisa mais aprofundada, utilizando dados governamentais e oficiais já divulgados.

REFERÊNCIAS

- Almeida Filho, N. *A clínica e a epidemiologia*. Salvador: APCE/ABRASCO; 1992.
- Barreto, M. L. *Por uma epidemiologia da saúde coletiva*. Instituto de Saúde Coletiva. Rev. Brasileira de Epidemiologia vol. 1. n. 2, 1998.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19*. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública: COE-COVID-19. Brasília: MS, 2020.
- Buss, P. M; Hartz, Z. M. A; Pinto, L. F & Rocha, C. M. F. *Promoção de Saúde e Qualidade de Vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020)*. Ciência e saúde coletiva, 2020. (available at <https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n12/4723-4735/>)
- Cabral, C. *Qual a diferença entre pandemia, epidemia, endemia e surto?*, <https://fazumhilab.com.br/pandemia-epidemia-endemia-e-surto-diferencas/> (02 de Janeiro de 2021).
- Campos, G. W. S. *O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.
- Carvalho, G. *A Saúde pública no Brasil*. Estud. av. vol. 27. n.78. São Paulo, 2013. (available at <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142013000200002>).
- Durães, F. *O que é lockdown?*, <https://fazumhilab.com.br/lockdown/> (02 de Janeiro de 2021).
- Gleriano, J. S; Fabro, G. C. R; Tomaz, W. B; Goulart, B. F & Chaves, L. D. P. *Reflexões sobre a gestão do Sistema Único de Saúde para a coordenação no enfrentamento da COVID-19*. Escola Anna Nery. vol. 24. Rio de Janeiro, 2020. (available at https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000500502&lang=pt).
- Gondim, G. M. M. *Decifra-me ou te devoro: enigmas da Vigilância em Saúde na pandemia Covid-19*. Trabalho, educação e saúde. vol.18. n.3. Rio de Janeiro, 2020. (available at https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300305&lang=pt).
- Lenadro, J. A; Machado, P. H. B; Michaliszyn, M. S. *Saúde Coletiva: um campo em construção*. Editora Ibpex, 2006.
- Miettinen, O. S. *Theoretical epidemiology: principles of occurrence research in medicine*. New York: John Willey and Sons, 1985.
- Moysés, S. T; Watt, R. *Promoção de Saúde Bucal – definições*. In: BUISCHI, Y. P (coord.). *Promoção de saúde bucal na clínica odontológica*. São Paulo: Artes Médicas, 2000.
- Paim, J. S.; Almeida Filho, N. *A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva*. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.
- Porta, M. *A dictionary of epidemiology*. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2014.
- Silva, P. F; Baptista, T. W. F. *Os sentidos e disputas na construção da Política Nacional de Promoção em Saúde*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 441-465, 2014.

Souza, M. K. B; Teixeira, C. F. *Temas em Saúde Coletiva: gestão e atenção no SUS em debate*. In: A gestão do SUS municipal: reflexões sobre limites (debilidades e ameaças) e possibilidades (fortalezas e oportunidades) de aperfeiçoamento da rede de atenção à saúde. p. 17-45. Bahia: UFRB, 2014.